

Velloso defende nova política monetária

Tarcísio Holanda

O ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, manteve uma conversa de uma hora, na semana passada, com o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, trocando análises e impressões sobre o momento nacional, particularmente os mais agudos problemas da crise econômico-financeira. Velloso encontrou o ministro "com um alto senso de realismo sobre como enfrentar as dificuldades".

Na conversa entre o economista e o engenheiro, ficou claro que a principal tarefa do governo Itamar Franco, tarefa que ambos consideram histórica, é sanear a economia do País, de modo a prepará-lo para retomar o desenvolvimento econômico com o presidente da República que tomará posse no dia 1º de janeiro de 1995.

Eliseu e João Paulo dos Reis Velloso concordaram em que não se sairá da crise econômico-financeira enquanto o Brasil não revelar competência e capacidade para construir um sistema monetário confiável e um sistema fiscal estável, que contribua para o saneamento

das contas do setor público, hoje degradadas.

Tanto o ex-ministro quanto o atual concordaram em que é necessário dar maior autonomia ao Banco Central, estabelecendo com precisão quais as relações que deve ter com o Tesouro Nacional. "Não cabe ao Banco Central a tarefa de segurar os juros, como vem fazendo. Isso é coisa que deve ficar a cargo do mercado", sentenciou João Paulo dos Reis Velloso, reiterando sua confiança em que Eliseu Resende revelará capacidade e competência para enfrentar a crise econômica.

Ambos também concordaram em que é indispensável concluir o acordo com o FMI e os banqueiros privados internacionais para fechar a renegociação da dívida externa, do mesmo modo que é preciso resolver o grande contencioso do endividamento interno, mediante amplo e transparente entendimento com a sociedade. "Nada de choques, nada de soluções milagrosas", dizia Velloso.

O Governo terá de montar um plano de realongamento do perfil da dívida interna pública, negociando com o Congresso Nacional e a sociedade novos prazos. Há um consenso entre os economistas e os empresários de que o Governo não terá condições de solucionar a crise se não prorrogar os prazos de vencimento da crise para 20 a 30 anos.